

SINDICALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM BELÉM: 1945 A 1947*

Edilza Joana O. FONTES
Departamento de História
e Antropologia da UFPA.

RESUMO: Aborda a discussão sobre movimento operário e sindicalismo no Pará. Procura observar como o tema é tratado a nível da historiografia brasileira e paraense; analisa a prática do historiador e a contribuição da história dos vencedores; faz um breve relato do sindicalismo em Belém de 1945-1947 levantando pistas para uma análise do movimento sindical dos trabalhadores urbanos a época da política do pós-guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia - sindicalismo - movimento social - classe social - redemocratização - Belém.

SYNDICALISM AND WORKER MOVEMENT IN BELÉM

ABSTRACT: This paper is concerned with the syndicalism and worker movement in Pará: it analyses how this subject matter is approached by Brazilian and Pará historiography, how the historians view it and what are the contributions of the history of the winners to this matter. A rapid survey of the development of syndicalism in Belém from 1945 to 1947 is made in order to delineate the syndical movement main trends during the period of time that followed world II.

KEY WORDS: Syndicalism - historiography - social movement - social classes - redemocratization - Belém.

* Texto apresentado à Comissão de Seleção de Mestrado em História do Brasil da UNICAMP/88. Neste trabalho contei com a colaboração, na coleta de dados, das Bolsistas do PIPES (Programa de Iniciação à Pesquisa), Antônia Brioso e Lucidéa Santos, assim como a ajuda de Eliana Ramos, Raquel Monteiro, alunas do Curso de História da Universidade Federal do Pará, que realizaram Trabalho de Conclusão de Curso sobre "Sindicalismo no Pará" sob minha orientação.

INTRODUÇÃO

O movimento Operário e o Movimento Sindical no Pará ainda não mereceu uma abordagem histórica por parte dos historiadores. A história social do trabalho não é o eixo do nosso ensino e das nossas pesquisas. Temos relatos episódicos de greves, motins, revoltas, mas não a abordagem dos movimentos sociais do ponto de vista do vencido. Este artigo é um resultado parcial de uma pesquisa desenvolvida por nós, e que faz parte de um projeto maior. Devido ao tema ser pouco debatido, sentimos necessidade de expor nossas pistas, até mesmo os dados levantados para que se estabeleça um diálogo com a comunidade científica, na busca de uma análise mais densa. Este artigo é na verdade, em parte, um relatório parcial de pesquisa, sem pretender, ainda, apresentar conclusões definitivas, e sim primeiras reflexões sobre um tema esquecido.

Há pouco tempo a história do movimento operário vem sendo estudada nas universidades. A dinâmica desse movimento foi responsável pela ampliação, no Brasil, dos estudos sobre a sua história.

O desinteresse do movimento operário em conhecer a produção científica sobre a história, entre outros fatores, deve-se principalmente aos objetos desses estudos, que tenderam a reduzir por muito tempo o espaço da classe às suas representações institucionais e ideológicas, deixando de analisá-la na sua práxis cotidiana. (HAUPT, 1986)¹.

1 - É importante observar que as questões levantadas por HAUPT, nesse artigo, acerca das relações entre o passado e o presente, a tradição e a memória são as mesmas colocadas por BENJAMIN (1985).

"...a história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história da ideologia desses movimentos" (HOBSBAWM, 1987).

Por outro lado, na construção da memória do movimento operário há também a prática da manipulação dos fatos, para propiciar a construção de uma história dos vencedores, legitimada pela memória histórica que se constroi. A história do movimento operário está muito vinculada portanto aos partidos que reivindicam como representantes da classe operária, e que tudo fazem para que a imagem que projeta seja considerada a verdadeira sobre a práxis da classe.

Confunde-se a história do movimento operário com as disputas ideológicas travadas no seu interior.

A história do movimento operário não é um manual, ou um guia de vida. Não fornece receitas, apenas historiciza uma práxis, em um determinado tempo e lugar, onde o passado é instrumento do presente na medida da sua historicidade. A história do movimento operário é em grande medida, os acontecimentos do passado, mas também sua memória transmitida.

Há um processo de deformação nas transmissões da memória. É necessário uma crítica à construção histórica que apresenta o passado como homogeneização. Não devemos confiar, a priori, na memória construída. Temos que ver o processo de transmissão, pois o passado não se apresenta nas "suas origens". É preciso ver o passado dentro das duas possibilidades históricas, reconstruir suas alternativas, por mais que não realizáveis, na medida em que se colocaram enquanto possibilidades. O passado contém elementos silenciados que aguardam sua fala, possível através da "recuperação" da memória histórica.

O peso do passado não deve transformar as tra

dições em dogmas, os homens em mitos. O passado não é o lugar da história, restando ao presente cultuá-lo fazendo as "adaptações" possíveis. Visto desta maneira, o passado e a história que ele contém é um agente conservador no presente.

O passado cumpre o papel de contribuir para a identidade do movimento operário e da consciência de classe, quando construído sua memória.

"...Uma classe em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si própria como tal" (HOBSBAWN, 1987).

A construção da história também passa pela atividade do historiador e de seus objetos de estudo. Há que se ter em mente, quando desenvolvemos nossa atividade de não darmos espaço apenas à fala do vencedor, de não construirmos uma memória histórica, a partir de seu referencial, dando uma visão unívoca, monolítica, gloriosa e linear. Uma história onde não transparecem as diferenças, os outros agentes, as outras falas.

A atividade do historiador deve ser uma prática que não oculte a luta de classes. Temos que ter olhos para o passado no sentido de ver que as classes sociais se constroem em uma relação de poder onde os homens fazem a sua história em dadas condições, modificando-se nesta prática. Temos que fugir da história que produz uma periodização onde os atos dos vencedores são o referencial, onde o vencido não tem lugar, onde o negro, o índio, os homossexuais, as mulheres, os camponeses e os operários só ocupam o lugar de notas de pé de páginas. Uma história que prioriza "nós" pré-estabelecidos onde heróis são construídos e outros silenciados (VECEN-

TINI, 1984)².

No que diz respeito à construção histórica do movimento operário no Brasil a historiografia tem aceito como marco a fundação do Partido Comunista do Brasil e a sua interpretação de classe.

"O resto é o resto: são aqueles que não acompanharam a marcha implacável da história: São aqueles que, por isso, consciente ou não, traíram a história, e que como traidores devem ser jogados no lixo da história (MUNAKATA, 1984)".

Os anarquistas são este lixo. Seu estudo é na verdade, uma justificativa da necessidade do partido de vanguarda. Adjetivos como confusos, desordeiros, economicistas, imediatistas...etc. são incorporados às análises historiográficas. O discurso histórico assume a imagem construída pelo P.C.B. sobre os anarquistas e acaba não dando fala aos mesmos. O que foi (é?), uma divergência política, ou seja, como encaminhar o movimento operário, é "esquecido" na história já que os anarquistas lutavam por

"...modificações fundamentais na estrutura da sociedade com objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre os indivíduos livres..." (FAUSTO, 1977).

Os anarquistas não têm no discurso historiográfico, na sua grande maioria, uma identidade construída. Estabeleceu-se um parâmetro comparativo entre os anarquistas e os comunistas que fortalece os últimos e não aborda as contribuições daqueles, nem

2 - Nesse artigo o autor discute os "nós" periodizadores da História do Brasil.

a real luta política travada por ambos.

A própria classe operária é vista, pelos olhos do partido, que:

"pensa a classe operária de um modo que a ignora na sua práxis e a vincula as características de dependência, atraso, reduzindo-a aos possíveis esquemas do "desenvolvimento do capitalismo no Brasil" determinando-a às condições da industrialização brasileira, a herança do campesinato, não a concebendo em um contínuo fazer-se (DE DECCA, 1984).

A fundação do **P.C.B.** é o fato e tudo aquilo que lhe é estranho, é exterior à história, na medida em que fica, na grande maioria das vezes, fora do discurso construído pela historiografia. A história do movimento operário é concebida como homogeneização onde os anarquistas e a própria classe tendem a ser analisados a partir dos detentos da fala, que se legitima também através do discurso historiográfico.

A historiografia brasileira, na sua grande maioria, apresenta os trabalhadores como agentes passivos, com uma visão mecanicista na análise dos movimentos grevistas, na medida em que estes são vistos como meras reivindicações econômicas, onde a fábrica não é estudada como espaço de poder³, e as várias formas de resistência dos trabalhadores não são entendidas como expressões de descontentamento. Práticas que se estabelecem de várias maneiras, por mais que não estejam adequadas, no "modelo revolucionário" mas que fazem parte da práxis da classe operária e constituem também sua história. A classe não é vista pela sua ação política (PAOLI et al., 1983). A análise dedutiva e naturalista se impõe.

3 - Sobre a questão da fábrica como espaço de poder consultar: (DE DECCA, 1984a), (DE DECCA, 1984b) e (MARONI, 1981).

Este tipo de análise, na verdade, levanta a questão da relação entre estrutura e história, ao fazer uma relação linear entre as estruturas do capitalismo no Brasil e a formação da consciência de classe.

"Sem levar em conta as influências a que essa classe está submetida nos diferentes níveis de sua situação real" (MOISÉS, 1978).

Não analisando os mecanismos de dominação vê-se a classe pelo que ela não é, pela sua origem camponesa, passividade, falta de consciência, disposição de conciliação, atrelamento, sem vida coletiva. Só que isto não explica, antes de tudo constata⁴.

A historiografia paraense não tem como tradição a temática do movimento operário e suas organizações. Dentre 106 trabalhos pesquisados por **SOUZA, BARROS e CHAGAS** (1986) em sua pesquisa histórica bibliográfica não percebemos a abordagem do tema. Assim como o levantamento feito por nós na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), na do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) não encontramos também o tema como objeto central da análise.

Os temas mais frequentes na historiografia paraense estão vinculados à história administrativa, além de se concentrar, na sua grande maioria, no período colonial e imperial da História do Pará⁵.

4 É com Francisco Weffort, que o "imaginário" começa a se quebrar. Ele traz a classe como agente da história, viva e desloca da dos limites estruturais, vindo-a em sua ação política.

5 Mesmo os trabalhos de conclusão de curso dos Cursos de História e de Ciências Sociais da UFPA, não abordam o tema (levantamento feito no SEDAP). Os Cadernos do CFCH apresentam já alguns artigos sobre o assunto, mas que não têm o movimento operário e sindical como objeto central, analisando os segmentos sociais dentro do movimento. Não há uma análise histórica do movimento operário paraense.

Mesmo as obras que falam sobre o assunto, a nível nacional, não se referenciam nos movimentos ocorridos fora do eixo Sudeste-Sul, perpassando o discurso historiográfico, a história do sindicalismo e da vida dos trabalhadores do Brasil sem analisar as especificidades regionais.

A história do movimento operário no Pará é esquecida. E no âmbito da academia não existe qualquer obra publicada com este tema. Os poucos trabalhos que tocam na questão operária não a tem como objeto central de estudo. É necessário redimensionarmos a produção científica, trabalhando as fontes possíveis, principalmente as jornalísticas, assim como as que possam nos oferecer a história oral. Tudo tem que ser feito.

2 - A REDEMOCRATIZAÇÃO EM BELÉM: UMA PEQUENA ABORDAGEM DOS ANOS DE 1945 A 1947

Consideraremos agora o período da história do Brasil que vai de 1945 a 1947, tentando observar as relações do movimento sindical em Belém. A escolha deste período prende-se ao fato de ser objeto da pesquisa que ora desenvolvemos⁶. Nesta pesquisa, pretendemos ver as especificidades do movimento operário em Belém, no período de 1945 a 1955, tentando reconstruir aspectos do cotidiano da classe operária

6 - Pesquisa vinculada ao projeto "Pará (1945-1964): Os Caminhos do Poder". É um Projeto interdepartamental, com vários subprojetos, estando sob nossa responsabilidade: "OS SINDICATOS EM BELÉM: 1945 a 1955". Este artigo, portanto é, um relato parcial desta pesquisa.

ria e dos trabalhadores urbanos. Para nós, ver classe é procurar ver a práxis cotidiana que se expressa na busca de melhores condições de vida, e na sua relação com os sindicatos.

Neste período se inicia o processo de construção de uma democracia, que durará até 1964, no qual conviveremos com a contradição de termos uma democracia com ausência de organizações sindicais autônomas em relação ao Estado.

Com o pós-guerra, a questão da democracia e da paz passa a fazer parte dos temas que norteavam a práxis política dos partidos e dos sindicatos⁷. O movimento sindical paulista começava a tomar forma nestes anos com a presença do Estado no seu cotidiano.

"Os benefícios oferecidos pelo Estado atuavam como armadilhas de envolvimento e enquadramento dos trabalhadores, fato de alta significação para uma classe que implicava rapidamente os índices de sua proletarização" (LENHARO, 1986).

Existiam no Pará, em 1940, 530 indústrias de transformação e 19 extrativas, ocupando em média um total de 8.142 operários. Em 1950, esses números mudaram para 882 indústrias de transformação e 121 extrativas (MOURÃO, 1988).

Belém, em 1945, vivia em decadência econômica; dado o declínio do consumo da borracha, tinha

7 - Neste artigo não se discute a política populista. Nossa pretensão é dar uma visão panorâmica das atividades dos sindicatos e dos movimentos reivindicatórios em Belém. Em um artigo, "A Conjuntura do Pós-Guerra", Os Partidos e os Sindicatos em Belém - 1945", publicado no Jornal "A Província do Pará", em 10.11.87, a autora já coloca algumas questões sobre os partidos e sindicatos em Belém em 1945. A justificativa do corte temporal deste trabalho encontra-se em MELO ET AL: (1984).

em torno de **206.866** habitantes e uma situação urbana das mais precárias. A The Pará Electric Railway and Lighting Company prestava serviços deficientes, no que diz respeito à iluminação pública e ao transporte de bondes, com interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Os bairros periféricos como Reduto (de concentração operária) covões de São Brás, Cremação, Matinha, Canudos e Pedreira não contavam com fornecimento de água potável e saneamento das áreas alagadiças. As moradias dos trabalhadores eram casas de madeiras, cobertas de palha (folha de palmeira) erguidas sob estacas. As ruas eram escuras, o sistema de transporte era deficiente e sem conservação, provocando filas enormes nos pontos de bondes.

Toda a movimentação dos trabalhadores na defesa de uma melhoria alimentar, por moradia e transporte, deste período deixavam transparecer as suas condições de vida.

Se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre estas condições. Um estudo que leve ao conhecimento do padrão de vida dos trabalhadores assalariados em Belém, tentando relacionar esta questão às características da própria cidade.

"A deterioração física e cultural da classe operária, a violência inerente às próprias relações econômicas do capitalismo não são fenômenos e nem tampouco circunscritos às nações dependentes (HARDMAN, 1983).

No que diz respeito à saúde, observamos, pela leitura dos jornais da época, a citação de doenças endêmicas, principalmente a tuberculose, nos discursos reivindicatórios dos trabalhadores.

"A situação econômica do Pará vai de mal a pior, agravando-se de dia para dia o problema alimentar do povo. Os fazendeiros resolveram reter o gado em suas fazendas ou negociar com as Guianas a fim de forçar a volta do preço da carne (...). Em Belém, a

carestia de vida é assombrosa. O açúcar custa 4 cruzeiros, uma dúzia de bananas 3; o camarão está a 14 cruzeiros o quilo, o peixe de 3 a 12 (...). O aluguel de uma barraca (...) custa 15. Enquanto isso, um trabalhador portuário, ganha de 14 a 18 cruzeiros. Por isso não é de se estranhar que quase todas as doenças ali tenham caráter epidêmico inclusive a tuberculose" (AMAZONAS, FOLHA DO NORTE, 06.06.46).

As classes dominantes locais também preocupavam-se com a tuberculose, na medida em que isto afetava a força de trabalho. O deputado estadual do Partido Social Democrático (PSD), Sílvio Meira, apresentou na Assembléia Legislativa do Estado, em 1947, um relatório onde colocava a questão do índice de tuberculose no Estado e solicitava a agilização da construção do Sanatório de Belém⁸.

Em levantamentos feitos até o momento, em arquivos de alguns sindicatos de Belém, observamos que era alto o índice de solicitação para tratamento médico e odontológico nos serviços que os sindicatos promoviam. No Sindicato dos Gráficos, só no ano de 47, foram atendidas no mês de outubro **500** pessoas. No Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Belém, no mesmo período, foram atendidas **700**, sendo que a família padrão contava em média com **6** pessoas e a caixa funerária demonstrava um índice de mortalidade elevado⁹.

Os serviços deficientes da Pará-Elétrica eram um dos motivos de deterioração das condições de vida dos trabalhadores em Belém. Em ofício enviado a Assembléia Legislativa Estadual, O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Belém afirmava:

⁸ - O relatório foi aprovado e enviado ao Governo Federal solicitando verbas para a construção do sanatório.

⁹ - Um levantamento nos arquivos dos Sindicatos, buscando ver aspectos do cotidiano dos trabalhadores, foi feito pela autora.

"O descalabro que vem passando o povo pelo desrespeito nos compromissos assumidos pelo Estado, naturalmente com o povo, vem deixando a cidade sem transporte (...). Esta empresa vem prejudicando os trabalhadores em geral (...). Os operários da fábrica de calçados são os mais prejudicados (...). Tiveram que ir à imprensa para fazer denúncias (...). O operário do Pará, que com seu salário de fome vem enfrentando a maior carestia de vida possível, ainda se vê sujeito a ser prejudicado no seu salário de fome, por essa companhia estrangeira e imperialista (...). Já não bastasse senhores constituintes a falta de gêneros de lâ necessidade? (...). Ainda temos descontados os dias em que faltou energia elétrica nos nossos salários. (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1947).

Esta situação levou a que a União Acadêmica Paraense (UAP) promovesse debates sobre a questão da luz elétrica, aglutinando indústrias, comerciantes, estudantes, proletários e comunitários em geral em uma frente contra a companhia de luz, por estar desorganizando a produção e o comércio e criando condições para a utilização das deficiências dos seus serviços como incentivos contra a democracia. Depois de várias Mesas Redondas, Seminários e Comícios, se formou a "Comissão de Debates dos Problemas Populares"¹⁰ que pretendia discutir e encaminhar às autoridades sugestões para que se minorasse a situação das condições de vida em Belém.

Em 1945 tivemos intervenção do Governo Estadual na Pará-Elétrica com a nacionalização da empresa. Mas estas medidas não trouxeram a diminuição do preço das passagens, as ruas continuaram às escuras e o número de bondes não aumentou, persistiram as péssimas condições de conservação dos transportes, propiciando a ocorrência de depredações dos bon-

¹⁰ - Comissão composta de estudantes, udenistas, pesedistas, comerciantes, industriais e pecebistas.

des¹¹. Em maio de 1947 o tráfego dos bondes foi paralizado, depois de 40 anos. Tal medida traz a dispensa de 800 trabalhadores da empresa, demitidos sem pagamento das demissões e salários atrasados.

A reorganização da vida política, em Belém, passou pela Campanha de Anistia, da Constituinte de 1946 e pela Campanha Contra Fome¹². Existiam 35 sindicatos de trabalhadores na indústria, 56 em prestações de serviços, 6 de trabalhadores autônomos e uma Federação dos trabalhadores na Indústria. Os patrões estavam organizados em 28 sindicatos, sendo 3 na indústria, 17 na prestação de serviços, 2 no campo e uma Federação das Indústrias do Estado do Pará¹³.

Em 1945, em Belém, as campanhas eleitorais tomaram as ruas. Alistaram-se mais de 150.000 eleitores¹⁴ em todo o Estado para as eleições.

A União Democrática Nacional (UDN) denunciava a coação política dos baratistas¹⁵ e exigia a substituição dos prefeitos ligados ao PSD¹⁶.

No Pará, cinco partidos lançaram chapas para concorrer ao pleito de 02 de dezembro de 1945: PSD, UDN, Partido Progressista Sindical (PPS) Partido Republicano Paraense (PRP). Os que tinham força eleitoral eram o PSD a UDN e o PPS.

O PSD aglutinava as forças políticas do Interventor Magalhães Barata e parte das oligarquias pa-

¹¹ Havia freqüentes depredações nos pontos de bondes. Forma de protesto dos trabalhadores.

¹² Sobre os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome, encontramos mais detalhes em: VEIGA (1984).

¹³ Dados coletados do livro de registro das Cartas Sindicais da D.R.T. - Pará. (Delegacia Regional do Trabalho)

¹⁴ Metade do Eleitorado se concentrava em Belém.

¹⁵ Grupo político do Interventor Magalhães Barata.

¹⁶ Todos os prefeitos tinham sido indicados pelo Interventor.

raenses, contando com grande apoio popular, tendo feito campanha para a Presidência apoiando o General Dutra.

A UDN aglutinava as forças políticas, opositoras ao Interventor Magalhães Barata, e parte das oligarquias paraenses, além de contar com apoio dos setores médicos de Belém. Fez campanha para o Brigadeiro Eduardo Gomes. O PPS aglutinava a dissidência, no Pará, do PSD e apoiava, também, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

O PSD venceu as eleições no Brasil e no Pará, elegendo os dois senadores paraenses e 6 deputados federais. A oposição elegeu 3 deputados federais.

A federação da classe dominante, que controlava o Estado Novo, vê seu poder confirmado nas eleições de 1945. As eleições de 1945 não foram um corte nas estruturas de dominação e na força do Estado, antes disso, foram uma continuidade. A nível estadual foram as eleições de 19 de janeiro que consolidaram o poder do PSD.

Posteriormente, o PSD apoiou o Capitão Moura Carvalho para o governo do Estado, com apoio do PCB; o PSP lançou o General Zacarias de Assunção e a UDN Prisco dos Santos.

A Liga Eleitoral Católica - órgão de consulta da Igreja Católica, desaconselhou aos católicos a votarem nos candidatos do PSD por estarem aliados com os comunistas.

"...Hoje no Pará, o PSD e PCB se confundem na defesa da mesma causa e idéias. Se os católicos não podiam votar no PCB não poderiam votar no PSD" (FOLHA DO NORTE, 19.01.47).

O PSD, por sua vez, esclarecia:

"...O Major Luiz Geolas de Moura Carvalho, não é, nem nunca foi, em absoluto, candidato do Partido Comunista (...) Se os comunistas, por este ou aquele motivo, que só eles podem explicar, alguns resolveram apoiar a candidatura Moura Carvalho (...) evidentemente nenhuma culpa nos cabe" (O ESTADO DO PA-

RÁ, 16.01.47).

Venceu as eleições para o Governo do Estado o PSD e elegeu, ainda, o Senador e 23 deputados estaduais (62,1%). O PPS elegeu nove candidatos, a UDN e o PTB dois deputados e o PCB um (O ESTADO DO PARÁ, 1946).

Nestas eleições observamos o atrelamento da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), na figura do Delegado Paulo Oliveira, ao PSD. Este Delegado deu apoio a Magalhães Barata, promovendo manifestações partidárias, com participação de alguns sindicatos¹⁷. Ameaçou com intervenção os sindicatos que não concordavam com esta política: O Sindicato dos Escrividores, dos maquinistas e dos gráficos. Da mesma forma como perseguiu as diretorias sindicais que tinham qualquer vínculo com outros partidos, principalmente o PCB¹⁸.

Os trabalhadores participaram individualmente do processo político, chamados que foram para votar. Não há um movimento de trabalhadores, autônomo em relação ao Estado e aos partidos, que colocasse uma alternativa política para quebrar a conciliação proposta. A própria sobrevivência dos sindicatos, do ponto de vista material dependia do imposto sindical, reforçando a relação com o poder constituído¹⁹.

Os sindicatos tinham como atividades os projetos de Natal, coordenados pela DRT., as inaugurações de suas sedes com homenagem ao Presidente Du-

¹⁷ Os Sindicatos participarão das comemorações de Aniversário de Vargas, dos festejos promovidos pelo Estado para enaltecer a figura de Barata e de Vargas.

¹⁸ O Sindicato dos Gráficos será ameaçado de intervenção por ter homenageado um líder sindical anistiado e que pertencia ao PCB., o gráfico Lafaiete.

¹⁹ As convocações das assembleias nos jornais demonstravam isto.

tra (fotografia emoldurada) e com festas dançantes.

"Em comemoração à Semana da Pátria, será feita uma grande parada na manhã do dia 07, na Praça Floriano Peixoto, com desfile do Exército, Marinha e Aeronáutica, da Polícia, da Forças Americanas de passagem em Val de Cans e dos grupamentos das classes trabalhistas, com a presença dos Sindicatos". (FOLHA DO NORTE, 06.09.45).

Não havia uma separação entre as atividades comemorativas do Estado e as dos Sindicatos. Estes, na verdade, não tinham mais a preocupação de realizar qualquer atividade de propaganda²⁰ nas suas comemorações, ou na busca de um espaço sindical independente do Estado. Percebe-se a integração à ordem burguesa e uma prática de subordinação e colaboração de classe.

As greves de que se tem notícias neste período foram a dos bancários, dos funcionários dos diques da S.N.A.P.P. (Serviço de Navegação da Amazônia e dos Portos do Pará); a primeira por um piso salarial e a segunda por não terem recebido uma diferença salarial.

Em maio de 1945, começou a ser debatida em Belém a realização do "Congresso Sindical Amazônico", proposto pela D.R.T. aos Sindicatos com objetivo de estudar e debater os problemas sociais, relativos a nossa região. O Congresso realizou-se em setembro e, na verdade, serviu de base política para o PSD, defender seus candidatos. Em abril de 1946 outro congresso foi realizado em Belém: o "1º Congresso Regional dos Trabalhadores e Sindicatos do Pará", convocado pela U.G.P.P. (União Geral dos Proletários do Pará)²¹ que contou com a participação de 12 sindi-

²⁰ Propaganda aqui entendida como uma atividade que visa divulgar uma visão de mundo e de classe oposta ao capitalismo.

²¹ Entidade Sindical de caráter horizontal, sob a influência do P.C.B.

catos de Belém e com representantes de lavradores da região Bragantina, Salgado, Baixo-Amazonas e dos Vaqueiros. Discutiram-se temas como a Previdência e Assistência Social, Organização Sindical, Legislação Trabalhista e o Trabalho das Mulheres e dos Menores, tendo sido constituída uma "Comissão permanente do 1º Congresso Regional dos Trabalhadores e Sindicatos do Pará" que junto com a U.G.P.P. procurou dirigir o sindicalismo paraense, o que desagradou a D.R.T..²²

Em setembro de 1946 teve início o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil (C.T.B.). Em Belém, os sindicatos convocam, pelos jornais, seus associados para tirada dos delegados²³. Houve um racha no Congresso, entre as três formas que hegemonizavam a política sindical.

"Os comunistas, que se empenhavam com êxito na organização de federações horizontais por municípios, os petebistas, à época em dissidência com o ministro do trabalho e os ministerialistas" (VIANA, 1978).

Na divergência que se instala, sobre a autonomia sindical, ou a revalidação do sistema tutelar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os sindicatos paraenses ficam na sua grande maioria com os ministerialistas.

CONCLUSÃO

Não iremos apresentar conclusões. O período de redemocratização em Belém ainda necessita de uma

²² O Delegado do D.R.T. publica, nos jornais da época, nota desconhecendo a Comissão e a U.G.P.P. e ameaçando de intervenção aos sindicatos que delas participem.

²³ Todos os sindicatos de Belém participaram deste Congresso.

investigação mais ampla, tentando analisar todas as evidências possíveis, objetivo do próprio projeto de pesquisa "Pará (1945-1964): os caminhos do poder" se colocam enquanto projeto interdisciplinar. As "conclusões" ora apresentadas são reflexões sobre o movimento sindical na redemocratização sem con seguir ainda dar o corte epistemológico que nossas reflexões indicam. Ainda temos várias questões sem respostas, mesmo porque as investigações ainda estão se processando, sendo, portanto, parciais nossas "conclusões".

Na conjuntura de 1945-1947, todos tinham o seu projeto de democracia. Todos buscavam sua implementação, falando, entretanto, diferentes línguas²⁴. Os discursos construídos diluíam a questão de classe e reabilitavam a noção de povo como nação, onde a oposição facismo versus democracia ocultava a luta de classes, ao mesmo tempo que colocava o Estado como o grande condutor da democracia que se pretendia construir.

Os estudantes queriam uma democracia com liberdade efetiva de imprensa, dissolução dos organismos coercitivos do Estado Novo, liberdade plena de organização e ação sindical, direito de greve, eleições livres e honestas, reconhecimento da U.R.S.S., e voto para os soldados²⁵.

Já nos setores ligados à candidatura de Eduard do Gomes à presidência da República a questão da democracia era colocada como separada da trabalhista:

"A questão no Brasil não é propriamente de legislação, mas de sua aplicação, que nunca foi fielmente aplicada". (CHERMONT, ESTADO DO PARÁ, 01.03.45).

²⁴ Língua aqui entendida como as diferentes falas dos diferentes sujeitos históricos.

²⁵ Resolução do Conselho da U.A.P., em março de 45.

O PSD também tem seu projeto de democracia:

"Na democracia integralmente brasileira, condicionada apenas às possibilidades e imperativos da realidade nacional, sem as deformações dos extremistas e truculentas idéias, nem das utopias e artificialismos de doutrinas exóticas e modelos estranhos" (BARATA, ESTADO DO PARÁ, 15.03.45).

A Igreja paraense tinha seu projeto de democracia cristã, onde constava a defesa da indissolubilidade dos laços matrimoniais, incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas e horários das escolas, regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, legislação trabalhista inspirada nos princípios da ordem cristã, respeitando a colaboração com o comunismo²⁶.

O PCB definiu o seu projeto de democracia tendo como eixo central de sua luta política o combate ao fascismo e ao imperialismo, dando orientação ao movimento sindical para não travar a luta política entre o capital e o trabalho.

No Pará, o projeto de democratização, para o PCB, passava pela união de várias correntes políticas, objetivando os interesses do Estado.

"A carestia é um fato alarmante e os salários estão em um nível muito baixo (...) No entanto, devemos solucionar todas essas questões de maneira pacífica e unitária, dentro da ordem". (SANTIAGO, ESTADO DO PARÁ, 12.06.45).

Com a guerra-fria e a crescente mobilização dos trabalhadores, devido ao auto custo de vida, o governo Dutra assumiu medidas de controle do movimento sindical e de repressão aos movimentos reivindicatórios.

No 1º de maio de 1946 foram proibidos os comícios programados pela Comissão Permanente do Con-

²⁶ A LEC envia questionário para os candidatos nas eleições de 1947 solicitando o acordo ou não com este programa.

gresso Sindical dos Trabalhadores. Em 1947, outra vez, por ordem da capital da república, foi impedida a passeata e a concentração do Largo de São Brás.

O cancelamento do registro do **PCB** e da Confederação Geral dos Trabalhadores, assim como das Uniãoes Sindicais Estaduais, veio a ser a consolidação da repressão sobre o movimento operário nascente. Em Belém, os oitos sindicatos que tinham relação com a **C.G.T.B.** ou com a **U.G.P.P.** sofreram intervenção.

Os arquivos do **PCB** foram apropriados pela Delegacia Especial de Segurança Pública, assim como os arquivos das Centrais Sindicais após a invasão das suas sedes.

A democracia construída, referendou o aparato sindical herdado do Estado Novo, demonstrando a estreiteza do pacto liberal. Veio a se estabelecer, na Constituinte, uma visão autoritária dos problemas sociais, que não colocava em risco o controle do Estado sobre os sindicatos.

Nessa conjuntura, os trabalhadores eram parceiros fantasmas, sem participação direta no jogo do poder. A democracia construída não dizia respeito ao acesso dos trabalhadores no aparelho burocrático do Estado, nem de qualquer distribuição da riqueza. O que se processava naquele momento era a possibilidade de expressão dos vários setores de classes e um certo reconhecimento das suas falas por parte do Estado, mas sem qualquer ação mais concreta no que diz respeito a mudanças significativas.

Já em 1947, estava enterrado o sonho de uma democracia com participação popular nos órgãos de poder do Estado. O Brasil formou as bases da política populista, que passou a vigorar até 64, na qual as massas eram objeto da ação política de setores da classe dominante, sem nunca assumirem a condução

do processo.²⁷

²⁷ Agradecemos aos responsáveis pela permissão para consulta nos arquivos: Do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Belém, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Imobiliário de Belém, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES**, Ricardo. Classe Operária; Sindicatos e Partidos no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982.
- BENJAMIN**, Walter. Teses sobre o conceito de história In: _____ . Obras escolhidas: São Paulo, Brasiliense, 1988.
- DE DECCA**, E. O Silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. O Nascimento das Fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1984 a.
- _____. A ciência da Produção; fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, (6), 1984 b.
- O ESTADO DO PARÁ**, 1945 - 1947.
- FAUSTO**, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, Difel, 1981.
- A FOLHA DO NORTE**: Belém, 1945 - 1947.
- FONTES**, Edilza. Pequena História das Greves de Belém: 1945 a 1952. (mimeog.).
- HARDMAN**, Francisco F. Nem Pátria, nem Patrão. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HAUPT**, Georges. Por que a História do Movimento Operário? Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero (10) 1986.
- HOSBSBAWM**, Eric. Os Trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- _____. O Mundo do Trabalho. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- LENHARO**, Alcir. Sacralização da Política. São Paulo, UNICAMP, 1986.
- MARANHÃO**, Ricardo. Sindicatos e Democratização: São Paulo, Brasiliense, 1979.

- MARONI**, Amnêris A. A Estratégia da Recusa. São Paulo Brasiliense, 1981.
- MELO**, Alex B. F.; **CASTRO**, Edna M. R.; **MONTEIRO**, Edson L. R.; **MOURÃO**, Leila; **MORAES**, Ruth B. e **SOUZA**, Junior. Pará (1945 - 1964): Os caminhos do poder Cadernos do CFCH, Belém, nº 8, série C: 97-110, 1984.
- MOISÉS**, José Alvaro. Greve de Massa e Crise Política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953 - 1954). São Paulo, Pelis, 1978.
- MOURÃO**, Leila. Memória da Indústria Paraense. Belém (mimeog.), 1988.
- PAOLI**, Maria Célia et al. Pensando a Classe Operária: Os trabalhadores suspeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero (6) 1983.
- RODRIGUES**, L. Martins. Sindicalismo e Classe Operária (1930 - 1964). São Paulo, Difel, (História Geral da Civilização Brasileira, 10).
- VECENTINI**, Alberto. Escola e Livro Didático de História. Repensando a História, São Paulo, Marco Zero, 1984.
- VEIGA**, Hecilda. A Redemocratização em Belém (1945 - 1947). Belém, Fase, 1984.
- VIANA**, L. Werneck. Liberalismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.